

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 31 de março de 2025**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do 1º trimestre de 2025, bem como os Comentários de Desempenho da Administração e as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 31 de março de 2025.

Mensagem da Diretoria

Inicialmente, cumpre-nos destacar que o baixo volume das operações industriais da Companhia nos últimos anos, decorreram, principalmente, da necessária reestruturação econômica e financeira e, por consequência, da ausência de recursos para investimentos e aceleração de uma atividade comercial sólida e competitiva.

Destacamos, entretanto, que temos grandes expectativas para o exercício de 2025, cujos principais desafios são os seguintes:

1. Pagamento das dívidas concursais das Classes I e IV ainda remanescentes;
2. Continuidade dos pagamentos das dívidas extraconcursais através do casamento entre os ativos e passivos;
3. Aceleração da atividade comercial para recomposição da Carteira de pedidos através da participação em concorrências de grande porte, bem como participação como fornecedores dos grandes pacotes de projetos de infraestrutura vencidos por empresas parceiras;
4. Continuidade nas tratativas de monetização dos ativos judicializados, representados pelos mais de R\$ 4 bilhões em claims, melhor explicado nas notas do Balanço Gerencial;
5. Aprovação da criação de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) no site de Araraquara a fim de atrair indústrias exportadoras de bens e serviços, gerando renda e empregos.

Importante fato nesse sentido foi a infusão de recursos financeiros através da monetização e alienação de ativos da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial, como noticiado no Fato Relevante de 22/04/25 relativo à venda da participação no Fundo Inhaúma, pertencente à CDB Participações,

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

pelo valor de R\$ 359 milhões, permitindo a continuidade do processo de soerguimento da Companhia.

O início de 2025 foi caracterizado por avanços que permitirão o crescimento da carteira na esteira do mercado promissor que se apresenta nas áreas core de atuação definidas: Óleo e Gás e Geração de Energia, através do reestabelecimento do CRC (Certificado de Registro Cadastral) na Petrobras em julho e do fato de termos alcançado a Habilitação Técnica para Licitações EPC (99008452) em projetos Médios (até R\$ 500 milhões) relacionados a: (i) Implantação de Projetos Novos; (ii) Conclusão de Escopos Remanescentes ou (iii) Revamp; todos eles referentes às unidades industriais onshore de: refino de petróleo; tratamento e produção de derivados; processamento de gás natural; petroquímica; planta de fabricação ou processamento de fertilizantes minerais; plantas químicas; plantas de liquefação e regaseificação de gás natural (LNG); módulos para unidades estacionárias de produção ou unidades de geração termoeletricas.

Diante deste avanço, acessamos a participação em licitações Petrobras, com data de abertura nos primeiros 6 meses de 2025, em montante previsto de R\$ 20.5 bilhões. Estudos estão em andamento para seleção e foco em determinados projetos EPC deste mercado potencial.

Da mesma forma, na área de Geração de Energia, aproximações com potenciais detentores de tecnologia estão em curso para participação conjunta no mercado previsto para 2025 no Leilão de Reserva de Capacidade (A-5), em processo pela ANEEL e com projetos aprovados para instalação de potência adicional de 5.470 MW em hidrelétricas já existentes e investimento da ordem de R\$ 14,5 bilhões.

Outro importante ponto que indica estarmos próximos a uma conquista é a aprovação para a constituição, dentro do nosso site de Araraquara de uma ZPE (Zona de Processamento de Exportação) com a atração de grandes investimentos para o parque industrial da Inepar. Acreditamos que a aprovação poderá ocorrer até o final de 2025.

O número do Processo referente ao nosso projeto é o 10099.100756/2022-83 protocolado junto à Secretaria Executiva do CZPE, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio.

A íntegra do Projeto encontra-se disponível no site da INEPAR, www.inepar.com.br na área de investidores, publicações e documentos.

As últimas informações solicitadas pelo Órgão gestor da ZPE dentro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio já foram prestadas e esperamos estar habilitados para participar na próxima reunião prevista para

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

final do terceiro trimestre de 2025.

Outro mercado em que estamos empenhando esforços para a retomada é o do setor Metroferroviário, e esperamos ao longo de 2025 trazer uma solução que proporcione a retomada do nosso parque fabril dedicado a esse setor, também sediado em Araraquara, através da vinda de um grande player mundial e seus parceiros fornecedores para nossas instalações.

Desempenho do 1º trimestre de 2025

Fontes de Receita

As principais fontes de receitas da Companhia são oriundas das áreas de prestações de serviços e na fabricação de equipamentos de geração de energia e óleo & gás, entre outros.

A Companhia reportou no 1º trimestre de 2025 uma receita bruta de R\$ 811 mil (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2025 foram inferiores ao mesmo período do ano de 2024, que foi de R\$ 2,3 milhões.

Há a perspectiva de recuperação do nível de atividade nos próximos exercícios em função de um maior esforço comercial na diversificação de clientes, bem como na retomada de cotações para a Petrobras, com o fim das punibilidades havidas em razão da Operação Lava Jato.

Resultado Econômico

A Companhia apresentou prejuízo no 1º trimestre de 2025 de R\$ 51,1 milhões, enquanto no mesmo período de 2024 foi apurado um prejuízo de R\$ 58,7 milhões, esta redução ocorreu em virtude de ganhos financeiros na consolidação e parcelamento de impostos e contribuições.

O resultado do 1º trimestre de 2025 foi impactado, principalmente, pelas seguintes variações:

Despesas com vendas, apresentou um acréscimo de R\$ 276 mil, em comparação ao mesmo período de 2024, tendo em vista uma reestruturação no departamento comercial, objetivando uma maior participação no mercado.

Despesas administrativas e gerais, apresentou um acréscimo de R\$ 9.108 milhões, em comparação ao mesmo período de 2024. Neste montante estão

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

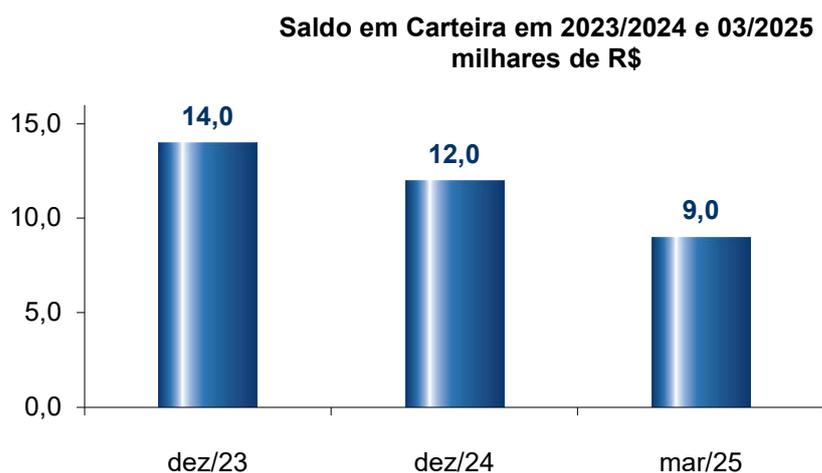
inclusas despesas de prestadores de serviços externos relacionadas a diversos processos concluídos e são despesas não recorrentes.

Outras receitas e despesas, apresentou um acréscimo de R\$ 11,7 milhões, em comparação ao mesmo período de 2024, tendo em vista o registro das despesas incorridas no Fundo Taranis e pelo registro de obrigações tributárias, que foram parceladas.

As despesas e receitas financeiras, apresentaram uma redução de R\$ 30,3 milhões, em comparação ao mesmo período de 2024, tendo em vista a redução do passivo tributário consolidado e parcelado com redução das multas e juros.

O resultado bruto operacional foi negativo em R\$ 1,4 milhões, devido, principalmente, ao baixo nível de receita auferido pela Companhia e pelo reconhecimento de complementos de custos de contratos já encerrados.

A carteira de pedidos no final do 1º ITR de 2025, apresentou uma pequena redução quando comparada aos valores dos exercícios anteriores, conforme demonstrado abaixo:



Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Gerencial de 31/03/2025 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC.

Nenhum desses ativos foram contabilizados no Balanço Patrimonial auditado, ainda que todos os custos a eles relacionados já tenham sido devidamente reconhecidos e contabilizados.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores quanto às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas que nos impedem de contabilizar os ativos contingentes que não tenham decisão em última instância ou transitados em julgado, o que traria um alto grau de certeza do seu recebimento. Temos contabilizado, nesse sentido, apenas R\$ 122 milhões representados por claims já julgados em última instância.

Entendemos que este Balanço Gerencial demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

Balanço Gerencial

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanço Patrimonial	Balanço Projetado
ATIVO	31/03/2025	31/03/2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	691	691
Contas a receber de clientes	4.717	4.717
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	10.824	10.824
Impostos a recuperar	66.846	66.846
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	10.019	10.019
Total do Ativo Circulante	107.902	107.902
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	2.160.688
Impostos a recuperar	176	210.251
Depósitos judiciais	53.893	53.893
Outros créditos	6.551	6.551
Investimentos	106.600	106.600
Imobilizado	119.343	119.343
Intangível	391.516	391.516
Total do Ativo Não Circulante	812.766	3.182.841
Total do Ativo	920.668	3.290.743

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

PASSIVO	Consolidado	
	Balanco Patrimonial	Balanco Projetado
	31/03/2025	31/03/2025
Circulante		
Fornecedores	55.081	55.081
Instituições financeiras	439.317	439.317
Debêntures	17.660	17.660
Obrigações sociais e trabalhistas	136.227	136.227
Obrigações fiscais e tributárias	153.702	153.702
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	102.178	102.178
Títulos a pagar	138.398	138.398
Outras contas a pagar	239.472	239.472
Total do Passivo Circulante	1.285.376	1.285.376
Não Circulante		
Instituições financeiras	204.487	204.487
Debêntures	277.459	277.459
Obrigações fiscais e tributárias	328.092	328.092
Partes relacionadas	88.937	88.937
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	11.078	811.768
Provisões para contingências	194.169	194.169
Provisão passivo a descoberto	12.997	12.997
Outras contas a pagar	1.460	1.460
Total do Passivo Não Circulante	1.133.639	1.934.329
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	219	219
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	543.687	543.687
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	184.417	184.417
Reserva de reavaliação	24.275	24.275
Debêntures perpétuas	231.404	231.404
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.316.604)	(1.747.219)
Ajuste de avaliação patrimonial	820.414	820.414
Adto p/ Futuro Aumento de Capital	-	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.498.566)	70.819
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	920.668	3.290.743

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 31/03/2025, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço gerencial da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas das alterações nos escopos e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,5 bilhão, de um total em discussão de R\$ 2,9 bilhões, representando aproximadamente 52% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica, assim representados:

- Valor histórico dos claims: R\$ 493 milhões
- Valor atualizados dos claims: R\$ 2.936 milhões
- Provável recebimento: R\$ 1.171 milhões
- Possível recebimento: R\$ 367 milhões
- Remoto recebimento: R\$ 168 milhões

Tais indicações de chances de recebimento possível, provável ou remota, são extraídos dos relatórios mensais dos advogados patronos dos processos judiciais. Já quanto aos valores, os mesmos são baseados em nossa média histórica de conversão, bem como na análise das chances de um acordo administrativo.

02- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas. Os estágios atuais dessas ações judiciais vão desde perícia em andamento até decisões em primeira e segunda instâncias.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte em claims no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam, aproximadamente, R\$ 1,6 bilhão. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 60% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes *Claims* é da ordem de R\$ 660 milhões ao longo dos próximos anos, assim representados:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE
2025

- Valor histórico dos claims: R\$ 225 milhões
- Valor quando da constituição: R\$ 880 milhões
- Valor atualizados dos claims: R\$ 1.564 milhões
- Provável recebimento: R\$ 429 milhões
- Possível recebimento: R\$ 234 milhões
- Remoto recebimento: R\$ 156 milhões

Tais indicações de chances de recebimento possível, provável ou remota, são extraídos dos relatórios mensais dos advogados patronos dos processos judiciais. Já quanto aos valores, os mesmos são baseados em nossa média histórica de conversão, bem como na análise das chances de um acordo administrativo.

Conforme já explicado, por se tratar de *Claims* em discussão judicial, sem decisão definitiva, são considerados ativos contingentes e, portanto, não passíveis, segundo nossa auditoria externa, de contabilização conforme CPC's pertinentes.

Da continuidade das operações

No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:

- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Retomada das cotações de produtos e serviços junto à Petrobrás, diretamente ou através de parcerias comerciais;
- Retomada do setor metroferroviário através de vinda de um grande player para o site de Araraquara;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um equilíbrio entre os passivos e ativos da companhia;
- Renegociação da dívida junto ao BNDES;
- A monetização de seus ativos judicializados superiores a R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade que estão em andamento, dentro do contexto da recuperação judicial;
- Aprovação até ao final do 1º semestre de 2025 da instalação de uma ZPE nas dependências do site de Araraquara, a fim de atrair novos investimentos para a planta industrial, que já conta com a intenção e estudo de investidores de grande porte.

AUDITORIA EXTERNA

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES

Em Recuperação Judicial

CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM 31 MARÇO DE 2025

Atendendo às disposições da Resolução da CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a INEPAR informa que neste período encerrado em 31 de março de 2025 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender as regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às normas e disposições da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2025 e com referência às opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com base em tais informações factuais.

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de Março de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	57	691	447
Contas a receber de clientes	6	159	144	4.717	2.860
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	10.824	9.365
Tributos a recuperar	9	4.407	4.547	66.846	67.549
Dividendos a receber		-	-	14.796	14.796
Outros créditos	10	2.168	365	10.019	1.857
Total do ativo circulante		6.800	5.122	107.902	96.883
Não circulante					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	9	176	-	176	-
Depósitos judiciais	30	34.221	57.418	53.893	77.086
Outros créditos	10	-	-	6.551	6.551
Investimentos	11	823.547	822.875	106.600	105.243
Imobilizado	12	68.505	69.245	119.343	120.879
Intangível	13	3	3	391.516	391.516
Total do ativo não circulante		970.984	994.073	812.766	835.962
Total do ativo		977.784	999.195	920.668	932.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR MALPICA
Contador
CRC: SP-100417/O-6

Balanco Patrimonial

Exercício findo em 31 de Março de 2025

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores		23.308	26.188	55.081	60.231
Instituições financeiras	14	287.264	278.318	439.317	426.067
Debêntures	15	17.660	17.286	17.660	17.286
Obrigações sociais e trabalhistas	17	7.069	9.740	136.227	159.209
Obrigações fiscais e tributárias	16	62.473	72.980	153.702	159.932
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	19	-	-	102.178	58.338
Títulos a pagar		138.398	133.146	138.398	133.146
Outras contas a pagar	25	94.185	96.031	239.472	238.216
Total do passivo circulante		633.674	637.006	1.285.376	1.255.766
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Instituições financeiras	14	204.487	210.775	204.487	210.775
Debêntures	15	277.459	273.384	277.459	273.384
Obrigações fiscais e tributárias	16	184.985	181.520	328.092	319.302
Partes relacionadas	21	266.578	261.578	88.937	94.034
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	18	11.078	2.303	11.078	2.303
Provisões para contingências	22	82.821	85.160	194.169	196.508
Provisão passivo à descoberto	23	815.268	796.917	12.997	12.911
Outras contas a pagar	24	-	-	1.460	1.432
Total do passivo não circulante		1.842.676	1.811.637	1.133.639	1.125.609
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora					
Capital social	25 a	543.687	543.687	543.687	543.687
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reservas de capital	25 b	184.417	184.417	184.417	184.417
Reserva de reavaliação	25 c	24.275	24.663	24.275	24.663
Debêntures perpétuas	25 d	231.404	231.404	231.404	231.404
Créditos quirografários a converter	25 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(3.316.604)	(3.266.305)	(3.316.604)	(3.266.305)
Ajuste de avaliação patrimonial	25 f	820.414	818.845	820.414	818.845
		(1.498.566)	(1.449.448)	(1.498.566)	(1.449.448)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	219	918
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.498.566)	(1.449.448)	(1.498.347)	(1.448.530)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		977.784	999.195	920.668	932.845

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR MALPICA
Contador
CRC: SP-100417/O-6

Demonstração do Resultado

Exercício findo em 31 de Março de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 a 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 a 31/03/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 a 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 a 31/03/2024
Receita operacional bruta		-	-	811	2.325
Deduções e impostos sobre vendas		-	-	(98)	(445)
Receita operacional líquida	27	-	-	713	1.880
Custos dos produtos e serviços		-	-	(2.095)	(3.928)
Lucro bruto		-	-	(1.382)	(2.048)
Receitas [Despesas] operacionais		(45.640)	(35.275)	(39.411)	(19.791)
Despesas com vendas		(48)	(4)	(544)	(268)
Perdas no recebimento de crédito com clientes		(12)	(3)	(480)	-
Administrativas e gerais		(10.705)	(3.333)	(16.401)	(7.293)
Provisões para contingências		(170)	(221)	(170)	(80)
Outras receitas e despesas	29	(15.292)	809	(21.342)	(9.572)
Resultado da avaliação de investimentos	12	(19.413)	(32.523)	(474)	(2.578)
Resultado operacional		(45.640)	(35.275)	(40.793)	(21.839)
Despesas financeiras	28	(9.087)	(26.029)	(14.949)	(41.388)
Receitas financeiras	28	3.875	101	4.180	309
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(50.852)	(61.203)	(51.562)	(62.918)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	21.2	388	4.198	388	4.151
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		(50.464)	(57.005)	(51.174)	(58.767)
Atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores				(50.464)	(57.005)
Participação dos acionistas não controladores				(710)	(1.762)
				(51.174)	(58.767)
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício				12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício				31.978.720	31.685.549
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$				(1.227,23)	(1.418,37)
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$				(1.115,67)	(1.289,43)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JAIR MALPICA
Contador
CRC: SP-100417/O-6

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido /(Passivo a descoberto)

Período findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumu- lados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos não controlado- res no patr.liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos iniciais em 01 de Janeiro de 2024	542.625	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.943.997)	236.591	16.914	28.979	22.021	798.303	(1.129.648)	5.001	(1.124.647)
Resultado do exercício					(57.005)						(57.005)	(1.762)	(58.767)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					1.040						1.040		1.040
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(340)	(340)	(46)	(386)
Outros resultados abrangentes											(340)	(46)	(386)
Resultado abrangente total											(56.305)	(1.808)	(58.113)
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1					(1)							
Realização do custo atribuído ao imobilizado					166				(166)				
Saldos Finais em 31 de Março de 2024	542.626	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.999.796)	236.590	16.914	28.979	21.855	797.963	(1.185.953)	3.193	(1.182.760)
Resultado do exercício					(232.695)						(232.695)	(4.078)	(236.773)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					2.080						2.080		2.080
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Coligada (CBD)					(84.391)						(84.391)		(84.391)
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas										(815)	(815)		(815)
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	(5)	(5)
Ajuste de Av. Patrimonial					(3.979)						(3.979)		(3.979)
Outros resultados abrangentes											(89.185)	(5)	(89.190)
Resultado abrangente total											(319.800)	(4.083)	(323.883)
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1					(1)					-		-
Aumento de capital - 386ª RCA de 04/04/2024	61					(61)					-		-
Aumento de capital - 95ª ala de 20/05/2024	1.000		4.125			(5.125)					-		-
Realização da reserva reavaliação					4.316			(4.316)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					664				(664)		-		-
Saldos Finais em 31 de Dezembro de 2024	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.258.002)	231.404	16.914	24.663	21.357	797.488	(1.449.448)	918	(1.448.530)
Resultado do período					(50.464)						(50.464)	(710)	(51.174)
Ajuste de Av. Patrimonial										1.734	1.734	11	1.745
Outros resultados abrangentes											1.734	11	1.745
Resultado abrangente total											(48.730)	(699)	(49.429)
Realização da reserva reavaliação								(388)			(388)		(388)
Realização do custo atribuído ao imobilizado					165				(165)		-		-
Saldos Finais em 31 de Março de 2025	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.308.301)	231.404	16.914	24.275	21.192	799.222	(1.498.566)	219	(1.498.347)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 31 de Março de 2025

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Acumulado do Atual Período 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado Período Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024	Acumulado Atual Período 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado Período Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
Resultado líquido do período	(50.464)	(57.005)	(50.464)	(57.005)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(710)	(1.762)
Ajuste de Av. Patrimonial	1.734	1.040	1.745	1.040
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	-	(340)	-	(386)
Resultado abrangente do período	(48.730)	(56.305)	(49.429)	(58.113)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Exercício findo em 31 de Março de 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Atividades operacionais				
Resultado do período antes do IR e CS	(50.852)	(61.203)	(51.562)	(62.918)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	740	740	1.536	3.362
Resultado da avaliação de investimentos	19.413	32.523	474	2.578
Ajuste de atualização de debêntures	4.449	7.805	4.449	7.805
Participação de acionistas não controladores	-	-	710	1.762
Juros sobre empréstimos	2.658	7.571	6.962	10.628
Provisões (Reversões)	(2.339)	-	(2.339)	-
Resultado do período ajustado	(25.931)	(12.564)	(39.770)	(36.783)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(15)	-	(1.857)	(269)
Estoques	-	-	(1.459)	315
Impostos a recuperar	(36)	(4.022)	527	5.051
Despesas antecipadas	-	-	-	28
Outros créditos	21.394	(5)	15.031	(242)
	21.343	(4.027)	12.242	4.883
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(2.880)	478	(5.150)	1.771
Salários e encargos sociais	(2.671)	562	(22.982)	2.692
Impostos e contribuições a recolher	(7.042)	7.721	2.560	11.838
Provisão de custos e encargos	8.775	-	8.775	-
Adiantamentos de clientes	-	(15)	43.840	1.382
Titulos a pagar	5.252	4.011	5.252	4.011
Outras contas a pagar	(1.846)	(3.604)	597	4.847
	(412)	9.153	32.892	26.541
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos	(5.000)	(7.438)	5.364	(5.359)
Atividades de investimentos				
Operações de mútuos com empresas ligadas	5.000	(239.865)	(5.097)	(27.973)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	5.000	(239.865)	(5.097)	(27.973)
Atividades de financiamentos				
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	-	(23)	-
Operações de mútuos com empresas ligadas	-	246.267	-	31.921
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	-	246.267	(23)	31.921
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	-	(1.036)	244	(1.411)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	57	1.092	447	2.041
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	57	56	691	630
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	-	(1.036)	244	(1.411)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 31 de Março de 2025

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas	(6.529)	614	(10.582)	(6.641)
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	811	2.324
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12)	(3)	(480)	1
Outras Receitas / Despesas	(6.517)	617	(10.913)	(8.966)
Insumos adquiridos de terceiros	(8.557)	(1.720)	(14.975)	(6.927)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(1.868)	(2.059)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.557)	(1.720)	(13.107)	(4.868)
Valor adicionado bruto	(15.086)	(1.106)	(25.557)	(13.568)
Depreciação e Amortização	(740)	(740)	(1.527)	(1.881)
Valor adicionado líquido	(15.826)	(1.846)	(27.084)	(15.449)
Valor adicionado recebido em transferência	(15.538)	(32.422)	3.706	(2.269)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.413)	(32.523)	(474)	(2.578)
Receitas Financeiras	3.875	101	4.180	309
Valor adicionado total a distribuir	(31.364)	(34.268)	(23.378)	(17.718)
Distribuição do valor adicionado				
Bens destinado a vendas				
Pessoal	1.210	679	3.208	2.434
Salários e encargos	457	448	1.543	1.489
Benefícios	679	200	1.499	835
FGTS	74	31	166	110
Impostos, taxas e contribuições	(250)	(4.198)	570	(3.041)
Federais	(250)	(4.198)	549	(3.215)
Estaduais	-	-	14	158
Municipais	-	-	7	16
Remuneração de capitais de terceiros	9.365	26.256	15.243	41.656
Juros	9.087	26.029	14.947	41.388
Alugueis	278	227	296	268
Remuneração de capitais próprios	(41.689)	(57.005)	(42.399)	(58.767)
Resultado do Exercício	(41.689)	(57.005)	(41.689)	(57.005)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(710)	(1.762)
Valor adicionado total distribuído	(31.364)	(34.268)	(23.378)	(17.718)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 41 3 0029559-0. Está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas das Organizações Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas das Organizações Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

Nota 1.1 Processo Global da Reestruturação e Recuperação Judicial

Em 29/08/14, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas das Organizações Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/14, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

- 1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debêntures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Houve ainda a constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos e demais credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande de outros créditos da mesma categoria que da mesma forma, serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

As Organizações Inepar/lesa têm demonstrado uma excelente performance na monetização destes ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam aproximadamente a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

As Organizações Inepar/lesa, mantêm seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que possibilita, a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial.

Em 03 de maio de 2023, a Companhia emitiu Fato Relevante, informando ter recebido nova proposta da Euroinvest para a alienação das UPI's PM e IOG, pelo valor de US\$ 160 milhões de dólares americanos.

Em agosto de 2023, a Inepar recebeu uma nova proposta da EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, desta vez, propondo um depósito de US\$ 7,65 milhões, representando 5% do valor da oferta de US\$ 153 milhões, como sinal, em uma conta caução, enquanto realizava o "due diligence" sobre os ativos.

Em 07 de outubro de 2024, a EUROINVEST requereu dilação de prazo para realização do pagamento da UPI IPM IOG, justificando que o atraso decorria de entraves burocráticos na abertura de conta Escrow Account, em função da troca do banco anterior para o Banco Santander, fato que gerou mais atrasos no cumprimento das questões burocráticas e de compliance financeiro internacional.

Em 24 de março de 2025, a Companhia informou que até a presente data a Euroinvest não havia realizado o pagamento da UPI IPM IOG, estando pendente de decisão judicial o desfecho da alienação.

Em 04 de abril de 2025, a Companhia peticionou requerendo a intimação da Euroinvest para que informasse o prazo necessário para resolução das questões bancárias e a data final para efetivação do pagamento.

Em 04 de junho de 2025, foi publicado despacho judicial autorizando a Companhia tratar da alienação da UPI IPM IOG junto a outros interessados, sendo, todavia, facultada à EUROINVEST concluir o depósito do montante, com

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

preferência, no prazo de 90 dias, e, sem preferência, após o referido prazo. Atualmente encontra se pendente de pagamento a proposta da EUROINVEST, para aquisição das UPI's IPM e IOG.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	-	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Nota 2- Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de agosto de 2025.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3– Políticas Contábeis Materiais

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

Empresas	Participação - %	
	31/03/2025	31/12/2024
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
CBD - Administração e Participações S.A (Antiga Enisa - Energia)	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei N° 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- b) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- d) Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.3. Compensações entre Contas

Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, nem receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, deduzidas as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado

A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos, os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17-Operações de arrendamento mercantil

A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.18. Participações nos Lucros e Resultados

Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas

A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.21. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) “*impairment*” dos ativos imobilizados, intangíveis;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)
- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos Financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e particularidades operacionais. Após a avaliação, a Companhia não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais - A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não- circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito

A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros

O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificação, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia. Conforme determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	-	-	-	Fornecedores	26.188	26.188
Aplicações financeiras	57	-	57	Empréstimos e financ.	278.318	278.318
Contas a receber	-	144	144	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos	-	365	365	Outras contas a pagar	96.031	96.031
Total circulante	57	518	575	Total circulante	550.969	550.969
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	210.775	210.775
Títulos a receber	-	-	-	Debêntures	273.384	273.384
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	484.159	484.159
TOTAL GERAL	57	45.050	45.107	TOTAL GERAL	1.035.128	1.035.128

Ativos financeiros em 31/03/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/03/2025 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	57	-	57	Fornecedores	23.308	23.308
Contas a receber	-	159	159	Empréstimos e financ.	287.264	287.264
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	17.660	17.660
Outros créditos	-	2.168	2.168	Títulos a pagar	138.398	138.398
Total circulante	57	2.336	2.393	Total circulante	560.815	560.815
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	204.487	204.487
Total não circulante	-	44.532	44.532	Debêntures	277.459	277.459
TOTAL GERAL	57	46.868	46.925	TOTAL GERAL	1.042.761	1.042.761

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	126	-	126	Fornecedores	60.231	60.231
Aplicações financeiras	321	-	321	Empréstimos e financiam.	426.067	426.067
Contas a receber	-	2.860	2.860	Debêntures	17.286	17.286
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	133.146	133.146
Outros créditos	-	1.857	1.857	Outras contas a pagar	238.216	238.216
Total circulante	447	4.726	5.173	Total circulante	874.946	874.946
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	210.775	210.775
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	273.384	273.384
Outros créditos	-	6.551	6.551	Outras contas a pagar	1.432	1.432
Total não circulante	-	141.238	141.238	Total não circulante	485.591	485.591
TOTAL GERAL	447	145.964	146.411	TOTAL GERAL	1.360.537	1.360.537

Ativos financeiros em 31/03/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 31/03/2025 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	367	-	367	Fornecedores	55.081	55.081
Aplicações financeiras	324	-	324	Empréstimos e financiam.	439.317	439.317
Contas a receber	-	4.717	4.717	Debêntures	17.660	17.660
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	138.398	138.398
Outros créditos	-	10.019	10.019	Outras contas a pagar	239.472	239.472
Total circulante	691	14.745	15.436	Total circulante	889.928	889.928
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	204.487	204.487
Títulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	277.459	277.459
Outros créditos	-	6.551	6.551	Títulos a pagar	14.960	14.960
				Outras contas a pagar	1.461	1.461
Total não circulante	-	141.238	141.238	Total não circulante	498.367	498.367
TOTAL GERAL	691	155.983	156.674	TOTAL GERAL	1.388.295	1.388.295

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Nota 5 - Caixa E Equivalentes e Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	-	-	367	126
Aplicação financeira	57	57	324	321
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	57	57	691	447

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% à 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

Nota 6 - Contas a Receber de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Cientes interno (a)	50.569	50.554	224.158	222.368
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(5.878)	(5.878)	(85.442)	(85.509)
	44.691	44.676	138.716	136.859
Circulante	159	144	4.717	2.860
Não circulante	44.532	44.532	133.999	133.999

a) Sobre esse montante apresentado de clientes internos, estão inclusos os valores de R\$ 26.404 e R\$ 122.418, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos *claims* discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R\$ 97.053, líquidos dos provisionamentos dos impostos.

O estágio atual dos processos judiciais permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Títulos diversos	9	9	697	697
	9	9	697	697
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Observações:

O Fundo Taranis, foi constituído sob forma de condomínio fechado e é destinado a investidores qualificados e/ou profissionais. Em 31/12/2024, a carteira do Fundo é composta substancialmente por direitos creditórios, adquiridos com aquisição substancial de riscos e benefícios representando 101,43% do patrimônio líquido do Fundo, oriundos de ações judiciais no Brasil, movidas pela Inepar S/A e demais empresas do Grupo.

Os valores das cotas do Fundo Taranis – Taranis – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, não estão contabilizados nas empresas, tendo em vista tratar-se de Claims, cujos processos aportados no FIDC, ainda não tiveram uma decisão definitiva e que com base nas políticas contábeis não devem ser reconhecidos, em atendimento ao disposto no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, no que se refere ao momento do reconhecimento dos Ativos Contingentes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As despesas incorridas nessa operação do FIDC no montante de R\$ 8,7 milhões estão contabilizadas em contas de provisão. (Ver nota 18)

A Inepar, apresenta, no Relatório de Administração/Comentários de Desempenho os valores dessa operação do FIDC, objetivando a transparência nas informações divulgadas Companhia.

O Fundo Taranis, apresentou em 31 de março de 2025, as seguintes informações:

Cotas Subordinadas

Valor Unitário: R\$ 983,07535543

Quantidade de cotas: 619.100

Valor das cotas subordinadas: R\$ 608,6 milhões.

Cotas Sênior

Valor Unitário: R\$ 983,07535543

Quantidade de cotas: 1.054,74130649

Valor das cotas sênior: R\$ 1.6 milhões.

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSO PERTENCENTES AO FIDC

Valor histórico dos claim's	225,0
Valor quando da constituição	880,0
Valor atualizado dos Claims	1.564,0
Provável recebimento	429,0
Possível recebimento	234,0
Remoto recebimento	156,0

Nota 8 – Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Produtos em elaboração	-	-	5.906	3.988
Insumos e materiais	-	-	4.726	5.038
Adiantamentos a fornecedores	-	-	192	339
	-	-	10.824	9.365

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 9 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições a compensar (a)	6	11	52.966	53.745
ICMS a recuperar	-	-	537	398
IPI a recuperar	756	756	974	960
Impostos e contribuições retidos na fonte	23	-	680	598
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	-	-	-	-
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	-	-	-	-
Demais créditos (c)	3.798	3.780	11.865	11.848
	4.583	4.547	67.022	67.549
Circulante	4.407	4.547	66.846	67.549
Não circulante	176	-	176	-

- a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.
- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo. No exercício de 2024 os tributos diferidos são registrados pelo valor líquido, conforme nota explicativa "20.1".
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

Nota 10 - Outros créditos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Adiantamento a Empregados	365	361	776	825
Outros (a)	1.803	4	15.794	7.583
Total	2.168	365	16.570	8.408
Circulante	2.168	365	10.019	1.857
Não circulante	-	-	6.551	6.551

- a) No consolidado está incluído o valor de R\$ 6.551 referentes aos processos judiciais contra diversos clientes, cujas sentenças estão em transitadas em julgado.

Nota 11 - Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Participação em controladas/coligadas (a)	823.547	822.875	62.547	61.190
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
	823.547	822.875	106.600	105.243

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

a) Participações em empresas controladas/coligadas - Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio		Valor do Investimento	Resultado
				Líquido	% de Participação		Equivalência
Em 31 de dezembro de 2024							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	236.780	1.024.109	(90.617)	(787.329)	100,00%	-	(90.616)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.133	13.112	616	171.021	99,99%	172.004	599
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	292.713	42.847	(1.528)	249.866	100,00%	249.866	(1.531)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	-	(12)
CBD Adm e Participações S.A.	436.669	36.094	(75)	400.575	99,99%	400.523	(125)
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.404	5.341	(1.691)	16.063	0,01%	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	18,00%	480	-
						822.875	(106.778)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio		Valor do Investimento	Resultado
				Líquido	% de Participação		Equivalência
Em 31 de março de 2025							
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	241.293	1.046.965	(18.424)	(805.672)	100,00%	-	(18.424)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	184.395	12.146	228	172.249	99,99%	172.231	228
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	289.559	40.634	(941)	248.925	100,00%	248.925	(941)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.176	(6)	(9.466)	100,00%	-	(6)
CBD Adm e Participações S.A.	465.934	64.025	(270)	401.909	99,99%	401.909	(270)
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.441	5.378	(436)	16.063	0,01%	2	-
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	18,00%	480	-
						823.547	(19.413)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Nome				Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 31 de dezembro de 2024							
QUIP S.A.	81.416	169.656	(4.676) -	83.564	13,25%	-	(621)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.781	4.444	(545)	151.337	19,53%	29.450	(106)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	(1.164)	-	(39)	(1.126)	35,00%	-	(13)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	243.916	169.664	(34.060)	74.252	37,65%	-	(15.093)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	184.133	13.112	616	171.021	100,00%	-	-
COTAS DO FUNDO INHAÚMA	-	-	-	-	0,00%	9.896	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.170	(12)	(9.460)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	420.639	20.114	(125)	400.639	100,00%	2.988	(119)
						105.243	(15.952)

Nome				Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
	Ativos	Passivos	Resultado	Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 31 de março de 2025							
QUIP S.A.	81.732	88.860	(658)	(88.202)	13,25%	-	(87)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.684	150.639	(589)	151.228	19,53%	29.420	(115)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	(1.173)	(8)	(1.165)	35,00%	-	(3)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COTAS DO FUNDO INHAÚMA	-	-	-	-	0,00%	9.896	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.176	(6)	(9.466)	100,00%	14.257	-
CBD ADM E PARTICIPAÇÕES S.A.	465.934	64.025	(270)	401.909	100,00%	4.375	(269)
						106.600	(474)

Quantidade de ações possuídas		Participação	Participação
(em milhares)		em	no capital
O . N.	P. N.	%	no capital votante em %

Controladas/Coligadas

IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	-	-
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00
CBD Adm. e Participações S.A.	400.959	-	99,99	99,99

(i) IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A: A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras é integralmente considerada na controladora, haja visto que, indiretamente ela possui 100% de participação no capital da investida.

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme ata da AGE de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida de 49,72% para 47,07%.

Conforme ata da AGE de 21/06/2024, foi aprovado o aumento do capital de R\$ 74.999 mediante a emissão de 153.433 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 488,81. O aumento de capital foi subscrito pelos atuais acionistas, com exceção da Inepar S/A, desta forma a participação da Inepar foi reduzida de 47,07% para 37,65%.

Em 01/07/2024, foi celebrado Memorando de Entendimentos para Aluguel, pelo Fundo Estaleiro para a ICTSI, do imóvel de propriedade da CBD, e de uma eventual aquisição, pela ICTSI, da parcela das ações de emissão da CBD objeto de futura compra e venda de participação ou das cotas do Fundo Estaleiro correspondentes ao imóvel objeto de locação.

Em 25/07/2024, foi aprovada a alteração da razão social, da empresa Enisa - Energia e Infraestrutura S/A, para CBD Administração e Participações S/A, preparando assim esta empresa para receber os investimentos relacionados ao Estaleiro, CBD-Diques.

Em 30/08/2024, foi assinado o contrato de compromisso de compra e venda do imóvel do Estaleiro localizado no Rio de Janeiro, entre a CBD Diques e Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário - FII.

Em 13/09/2024, através da Ata da 2ª AGE, emitida pela CBD – Administração e Participação S/A, o aumento de capital efetuado pela Inepar S/A Indústria e Construções, no valor de R\$ 400,9 milhões, representado pela transferência da participação da Companhia no capital da Companhia Brasileira de Diques.

Em 23/09/2024, através da AGE, da CBD – Diques, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 34,0 milhões. O capital social subscrito e integralizado da CBD-Diques passou para R\$ 116,9 milhões.

Em 24/09/2024, através da AGE, da CBD-Diques, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 85,0 milhões, por julgar excessivo, sendo restituído aos acionistas na proporção de sua respectiva participação. O capital social, totalmente subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 31,9 milhões.

Em 25/09/2024, a Companhia veiculou comunicado ao mercado informando que a sua coligada Companhia Brasileira de Diques (CBD) havia protocolado consulta junto ao CADE sobre a viabilidade de venda de parte de participação no seu capital social.

Em 30/09/2024, através da AGE, do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário, foi constituído uma classe única de cotas.

Em 18/10/2024, através da AGE da CBD-Diques, aprovou a cisão parcial do patrimônio da Companhia, permanecendo na Companhia, após a efetivação da cisão o capital de R\$ 5,7 milhões, sendo que o saldo

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

remanescente de R\$ 26,1 milhões, foram vertidos e incorporados ao patrimônio das seguintes empresas: R\$ 9,9 milhões à CBD – Administração e Participações S/A, representados por 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, e o montante de R\$ 26,2, representado por 6.799 cotas do Fundo Inhaúma ao Banco Fator.

Os valores correspondentes à 37,82% do patrimônio da CBD – Diques, e as 4.134 cotas do Fundo Inhaúma, estão contabilizados na conta de investimentos da Controlada integral da Inepar S/A, a CBD – Administração e Participações S/A.

Em 1º/11/2024, foi celebrado o Contrato de Locação do imóvel Estaleiro Inhaúma entre o Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliários – FII e o Grupo ICTSI, sujeito a determinadas condições suspensivas, para o exercício no local das atividades comerciais da Locatária.

Em 22/04/2025, através de Fato Relevante a Inepar S/A, informou que a sua controlada CBD – Administração e Participações S/A, havia vendido a sua participação no Fundo Inhaúma de Investimento Imobiliário, correspondente à 37,82% de seu patrimônio, pelo valor de R\$ 359.6 milhões, mediante liquidação no mercado de balcão organizado e operacionalizado pela B3 na data de 17/04/2025. Esclareceu ainda que o imóvel do Estaleiro Inhaúma, é representado por 3 imóveis, sendo que apenas um deles, o qual é de propriedade do Inhaúma Fundo de Investimentos, foi vendido, permanecendo os demais imóveis de propriedade da CBD-Diques.

Em 31/03/2025, CBD-Administração e Participações S/A apresentava os seguintes saldos no seu balanço patrimonial:

Valores em milhares

	31/03/2025	31/12/2024
ATIVO		
Circulante	10	11
Não Circulante		
Partes relacionadas	60.140	16.231
Investimentos	14.271	12.884
Intangível	391.513	391.513
Total do Ativo	465.934	420.639

	31/03/2025	31/12/2024
PASSIVO		
Circulante	64.024	20.114
Patrimônio Líquido		
Capital social	401.059	401.059
Capital social a integralizar	- 90	- 90
Prejuízos acumulados	- 715	- 444
Ajuste de avaliação patrimonial	1.656	-
Total do Passivo	465.934	420.639

Os valores dos Investimentos e do Intangível, referem-se à participação na CBD-Diques e no Fundo de Investimentos Imobiliário Inhaúma.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Descrição</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cotas do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário (a)	9.896	9.896
Companhia Brasileira de Diques S/A (b)	4.375	2.988
	14.271	12.884

- a) O saldo de R\$ 9.896 refere-se a 4.134 quotas do Inhaúma Fundo de Investimentos Imobiliário – FII – Responsabilidade Limitada.

O Inhaúma Fundo de Investimentos é um Fundo Imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ”) sob o nº 15.463.207/0001-70.

Estas quotas foram vertidas em favor da CBD Participações, em virtude da cisão parcial do Patrimônio da Companhia Brasileira de Diques S/A, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária da CBD Diques, emitida em 18 de outubro de 2024.

- b) O saldo de R\$ 4.375 representa a participação de 37,82% sobre o patrimônio líquido da Companhia Brasileira de Diques S/A, conforme definido na Ata da Assembleia Geral Extraordinária, emitida em 18 de outubro de 2024.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004, por meio da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Taranis: em abril de 2019 as Organizações Inepar regularizaram o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

- b) **Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A. Este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.

Nota 12 – Imobilizado

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Edificações e Máquinas e			Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	
Em 31 de Dezembro de 2024				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(57.555)	(1.124)	(58.679)
Valor contábil líquido	10.188	58.836	221	69.245
Depreciação	-	(739)	(1)	(740)
Saldo Final	10.188	58.097	220	68.505
Em 31 de Março de 2025				
Custo	10.188	116.391	1.345	127.924
Depreciação Acumulada	-	(58.294)	(1.125)	(59.419)
Valor contábil líquido	10.188	58.097	220	68.505

Consolidado	Edificações e Máquinas e Móveis e Equipamentos					Outras	Total
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	de Informática		
Taxas anuais de depreciação	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2024							
Custo	14.588	146.241	70.930	4.462	8.722	1.274	246.217
Depreciação Acumulada	-	(67.286)	(43.940)	(4.436)	(8.497)	(1.179)	(125.338)
Valor contábil líquido	14.588	78.955	26.990	26	225	95	120.879
Adições	-	-	10	-	-	-	10
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(846)	(695)	(1)	(4)	-	(1.546)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	14.588	78.109	26.305	25	221	95	119.343
Em 31 de Março de 2025							
Custo	14.588	146.241	70.940	4.462	8.722	1.274	246.227
Depreciação Acumulada	-	(68.132)	(44.635)	(4.437)	(8.501)	(1.179)	(126.884)
Valor contábil líquido	14.588	78.109	26.305	25	221	95	119.343

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei .638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo por meio de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

Nota 13 – Intangível

CONTROLADORA

	Controladora		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2024			
Custo	7	391.513	391.520
Amortização acumulada	(4)	-	(4)
Valor contábil líquido	3	391.513	391.516
Em 31 de Março de 2025			
Custo	7	391.513	391.520
Baixa	-	(391.513)	(391.513)
Amortização acumulada	(4)	-	(4)
Valor contábil líquido	3	-	3

CONSOLIDADO

	Consolidado		
	Direito de uso Software	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2024			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.947)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	60	391.513	391.573
Amortização	(57)	-	(57)
Saldo Final	3	391.513	391.516
Em 31 de Março de 2025			
Custo	35.007	391.513	426.520
Amortização acumulada	(35.004)	-	(35.004)
Valor contábil líquido	3	391.513	391.516

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perpez o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$ 1.331.871, sendo a participação da Inepar de 37,82% (*Ver Nota 11*). Esse valor está registrado na controlada CBD – Administração e Participações S.A

O valor do Ágio sobre o investimento lançado na controladora foi aportado para a controlada CBD Administração e Participações S.A. conforme ATA da 2º Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2024.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 14 – Instituições Financeiras

Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Modalidade				
Ativo Permanente	285.817	276.871	285.817	276.871
Capital de Giro	1.447	1.447	153.500	149.196
Total Circulante	287.264	278.318	439.317	426.067
Não Circulante				
Modalidade				
Ativo Permanente	164.552	171.881	164.552	171.881
Capital de Giro	39.935	38.894	39.935	38.894
Total Não Circulante	204.487	210.775	204.487	210.775
Total de Empréstimos e Financiamentos	491.751	489.093	643.804	636.842
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	287.264	278.318	439.217	425.967
Em até 12 meses	19.411	19.341	19.511	19.441
De 1 a 2 anos	28.854	28.526	28.854	28.526
De 2 a 3 anos	28.854	28.526	28.854	28.526
De 3 a 4 anos	28.854	28.526	28.854	28.526
De 4 a 5 anos	28.854	28.526	28.854	28.526
Acima de 5 anos	69.660	77.330	69.660	77.330
Total de Empréstimos e Financiamentos	491.751	489.093	643.804	636.842
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	491.751	489.093	643.804	636.842
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	-	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	491.751	489.093	643.804	636.842

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como os imóveis em Magé e Macaé.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 15 - Debêntures (Controladora)

Emissão	Empresa	Controladora		
		31/12/2024	Adições/Baixas	31/03/2025
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.525	1	2.526
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	6.128	244	6.372
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	282.017	4.204	286.221
		290.670	4.449	295.119
Circulante		17.286		17.660
Não circulante		273.384		277.459

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM, conforme trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados. O referido acordo atualmente está em discussão judicial, com a retomada da execução em face da Emissora.

Nota 16- Obrigações fiscais e tributárias

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	183.836	187.636	339.119	342.547
ICMS a recolher	28.367	42.307	31.702	58.165
Inss a recolher	23	47	31	287
Pis/Cofins Diferidos	4.938	4.938	22.086	22.086
ISS a recolher/Parcelamentos	9.745	9.670	34.390	33.768
Pis/Cofins a recolher	13	913	1.458	5.421
Impostos e Contribuições retidos na fonte	449	1.677	1.069	3.421
Parcelamento Simplificado RFB	3.059	4.907	3.265	5.124
Parcelamento ICMS	4.251	-	9.533	-
Parcelamento PGFN	11.160	812	33.591	2.973
Outros	1.617	1.593	5.550	5.442
	247.458	254.500	481.794	479.234
Circulante	62.473	72.980	153.702	159.932
Não circulante	184.985	181.520	328.092	319.302

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débito” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”, no exercício de 2021.

Foi diferida nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS diferido no resultado do exercício.

Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2029.

Desta forma, estes pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atraso, permitindo que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

Nota 17 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Salários a pagar	139	454	1.546	2.344
Rescisões a pagar	726	726	68.477	70.103
FGTS a recolher	5.068	4.964	43.941	48.920
Sesi/ Senai	-	-	14.948	14.753
Provisões de férias e 13º salário	731	677	3.289	2.996
IRRF a recolher	121	639	2.161	6.810
INSS a recolher	265	2.262	1.823	13.241
Outras obrigações a recolher	19	18	42	42
	7.069	9.740	136.227	159.209
Circulante	7.069	9.740	136.227	159.209

Nota 18 - Provisão de Custo e Encargos

	31/03/2025		31/12/2024	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisão FIDC T anaris (a)	8.775	-	8.775	-
Custos a Incorrer	-	-	-	-
	11.078	2.303	11.078	2.303
Não circulante	11.078	2.303	11.078	2.303

a) Despesas incorridas na operação FIDC (Ver nota 7).

Nota 19 - Adiantamentos de Clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	-	30	58.338	36.011
Adições/ Baixas	-	(30)	43.840	22.327
Saldo Final	-	-	102.178	58.338

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços e antecipações de aluguéis, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

Nota 20 - Tributos Diferidos

20.1. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apuradas em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora						Efeito Líquido Ativo e Passivo Total
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total	
Em 31 de dezembro de 2024	32.883	32.883	13.104	19.350	429	32.883	-
Constituição dos Tributos	33	33	-	-	33	33	-
Baixa dos Tributos	(85)	(85)	-	(85)	-	(85)	-
Em 31 de março de 2025	32.831	32.831	13.104	19.265	462	32.831	-

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						Líquido Ativo e Passivo Total	
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos					
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil		Total
Em 31 de dezembro de 2024	81.393	81.393	13.104	43.549	12.067	12.673	81.393	-
Constituição dos Tributos	40	40	-	-	-	40	40	-
Baixa dos Tributos	(149)	(149)	-	-	(108)	(41)	(149)	-
Em 31 de março de 2025	81.284	81.284	13.104	43.549	11.959	12.672	81.284	-

No exercício de 2025 os tributos diferidos são registrados pelo valor líquido.

20.2. Despesas com Tributos sobre o Lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(42.077)	(61.203)	(42.787)	(62.918)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	19.801	36.720	862	36.352
Resultado de Equivalência Patrimonial	(19.413)	(32.522)	(474)	(32.301)
IRPJ / CSLL no Resultado	388	4.198	388	4.151
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	388	4.198	388	4.151
Alíquota Efetiva	-0,92%	-6,86%	-0,91%	-6,60%

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício anterior foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado e R\$ 360,2 milhões na controladora.

Nota 21 - Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 31/03/2025 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Ativo Não Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Empresas				
Delt Administração e Participações S.A	-	-	7.756	7.601
CBD Adm. e Participações S.A	-	3.857	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	490	91	3.715	2.942
IESA - Óleo & Gás S.A.	4.227	3.019	745	745
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	212.140	195.996	-	-
Cia Brasileira de Diques S.A.	-	-	-	-
IESA Transportes S.A.	4.527	4.527	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	3.941	3.827
QUIP S.A.	-	-	940	940
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	3.900	3.900
Afac Penta Participações S.A.	9.891	9.891	-	-
Demais empresas	11.224	10.482	11.224	10.482
	247.905	233.269	32.227	30.443

Passivo Não Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Empresas				
Cia Brasileira de Diques S.A.	696	4.163	696	4.163
CBD Adm e Participações S.A	23.873	-	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	3.715	2.942
IESA Óleo & Gás S/A	-	-	745	745
Inepar Administração e Participações S.A.	81.739	82.370	81.743	82.370
Inepar DTVM	10	10	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	252.677	252.808	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.849	5.840
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.478	155.486	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.349	28.349
Demais Empresas	10	10	57	58
	514.483	494.847	121.164	124.477

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo 31/12/2024	Adições/ Baixas/ Var. Monetária	Saldo 31/03/2025	Saldo 31/12/2024	Adições/ Baixas/ Var. Monetária	Saldo 31/03/2025
Empresas						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	7.601	155	7.756
CBD Adm. e Participações S.A	3.857	(3.857)	-	-	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	91	399	490	2.942	773	3.715
IESA - Óleo & Gás S.A	3.019	1.208	4.227	745	-	745
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens	195.996	16.144	212.140	-	-	-
IESA Transportes S.A.	4.527	-	4.527	-	-	-
Inepar Adm. e Participações S.A. - Conversã	-	-	-	3.827	114	3.941
QUIP S.A	-	-	-	940	-	940
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	-	9.891	-	-	-
Demais empresas	10.482	742	11.224	10.482	2.385	11.224
	233.269	14.636	247.905	30.443	3.427	32.227
PASSIVO						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	4.163	(3.467)	696	4.164	(3.468)	696
CBD Adm. e Participações S.A	-	23.872	23.872	-	-	-
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	-	2.942	773	3.715
iesa Óleo & Gás S/A	-	-	-	745	-	745
Inepar Administração e Participações S/A	82.370	(631)	81.739	82.370	(627)	81.743
Inepar DTVM	10	-	10	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	252.808	(131)	252.677	-	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	5.840	9	5.849
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.486	(7)	155.479	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.349	-	28.349
Demais Empresas	10	-	10	57	-	57
	494.847	19.636	514.483	124.477	(3.313)	121.164
Líquido entre Ativo e Passivo	261.578		266.578	94.034		88.937

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantêm relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas exclusivamente com partes não relacionadas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 22 - Provisão para Contingências

a) Contingências Passivas

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para esses processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram constituídas com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia entende que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está amparada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	85.160	73.745	196.508	180.637
Adições/ Baixas	(2.339)	11.415	(2.339)	15.871
(-) Baixas	-	-	-	-
Saldo Final	82.821	85.160	194.169	196.508

	Controladora				Consolidado			
	31/03/2025		31/12/2024		31/03/2025		31/12/2024	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	6.911	22.004	6.911	22.004	118.683	70.953	118.683	70.953
Tributárias	146.443	33.181	146.443	35.520	200.197	53.537	200.197	55.876
Cíveis	407.806	27.636	407.806	27.636	638.486	69.679	638.486	69.679
	561.160	82.821	561.160	85.160	957.366	194.169	957.366	196.508

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 118.683 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Compreendem basicamente, por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, atualmente em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes. Neste exercício também foram provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

b) Contingências Ativas

A empresa possui diversos processos de ações judiciais e administrativas que estão em discussão, porém sem ainda ter uma decisão definitiva, em trânsito e julgado, ou seja, em 3ª instância, quando não há mais contestação. Quando da conclusão destes processos, a empresa divulga através de notas explicativas, com o reconhecimento contábil no resultado.

Desta forma, estes valores dos ativos não são reconhecidos diretamente no balanço patrimonial. A Companhia divulga os valores envolvidos nestes processos através do relatório da administração, informando os valores dos prováveis recebimentos e informa o total dos pleitos em discussão. Com base em dados passados, em média consegue êxito de até 62% do total discutido, sendo que o relatório divulga uma projeção dos pleitos considerados prováveis pelos consultores especializados.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS DE CLAIM'S

Valor histórico dos claim's	493,0
Valor atualizado dos Claims	2.936,0
Provável recebimento	1.171,0
Possível recebimento	367,0
Remoto recebimento	168,0

Nota 23 - Provisão para Passivo a Descoberto

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 815.268 (R\$ 796.917 em 31/12/2024) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R\$ 12.997 (R\$ 12.911 em 31/12/2024), referentes as empresas que não consolidam na controlada Iesa Óleo & Gás S/A.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.	805.672	787.328	-	-
Inepar Innovida Participações S.A	9.466	9.460	-	-
Outras empresas	130	129	12.997	12.911
	815.268	796.917	12.997	12.911
Não circulante	815.268	706.146	12.911	12.157

Nota 24 - Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Delft Administração e Participações S.A	-	-	6.190	6.129
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar	5.702	5.702	7.124	7.956
Outras contas a pagar (a)	62.577	64.423	201.712	199.657
Acordos a pagar (b)	22.906	22.906	22.906	22.906
	94.185	96.031	240.932	239.648
Circulante	94.185	96.031	239.471	238.216
Não circulante	-	-	1.461	1.432

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado em 29/04/2015 com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio, que não foi integralmente cumprido, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital. A empresa finalizou no 2º trimestre de 2025 um acordo visando uma solução definitiva.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 25 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social integralizado é de R\$ 543.687 formado por 31.978.720 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999 mil, e R\$ 4.125 mil para a formação de reserva de capital.

b) Reserva de Capital: As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.416 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 mil e R\$ 79.707 mil para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação: (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas (6ª a 11ª emissões) apresentam o saldo de R\$ 243.584 e estão assim compostas:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$1,00 (um real), perfazendo o montante de R\$121.550 para 10ª emissão e de R\$ 6.507 para 11ª emissão, todas subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existentes para cada credor.

Conversões realizadas das debêntures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 4.888 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 – Valor de R\$ 6.778 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 – Valor de R\$ 1.336 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 – Valor de R\$ 29.663 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 – Valor de R\$ 508 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão.

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 – Valor de R\$ 15.655 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 10ª emissão.

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 383 de 26/02/2024 – Valor de R\$ 1,3 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 386 de 04/04/2024 – Valor de R\$ 61 mil referente à conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

f) Ajustes de avaliação patrimonial: Apresenta o saldo de R\$ 820.414, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 782.105, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7ª, 9ª e 11ª emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) Destinação do Lucro: Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Nota 26 - Resultado por Ação

O resultado básico e diluído por lote de mil ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(15.497)	(17.910)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(35.677)	(40.857)
	<u>(51.174)</u>	<u>(58.767)</u>
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	31.978.720	31.685.549
Total	<u>44.605.952</u>	<u>44.312.781</u>
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(1.227,23)	(1.418,37)
Ação ordinária	(1.115,67)	(1.289,43)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe.

Conforme definido no Plano de Recuperação Judicial, as debêntures emitidas para pagamento de dívidas sujeitas ao Plano são todas conversíveis em ações e farão jus à remuneração de rendimento equivalente a um percentual do lucro líquido do exercício social da Emissora, conforme o art. 191 da Lei 6.404/1976, conforme alterada.

Nota 27- Receita Operacional Líquida

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	811	2.325
(-) Impostos sobre as Vendas	(98)	(445)
Receita de Vendas	713	1.880

Nota 28 - Despesas e Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	4.198	(7.574)	11.721	(12.548)
Juros / despesas bancárias	(10.806)	(17.318)	(23.977)	(27.525)
Outras despesas financeiras	(2.479)	(1.137)	(2.693)	(1.315)
Total	(9.087)	(26.029)	(14.949)	(41.388)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	-	-	16	11
Outras receitas financeiras	3.875	-	4.161	197
Variações cambiais ativas	-	101	3	101
Total	3.875	101	4.180	309
Total Líquido	(5.212)	(25.928)	(10.769)	(41.079)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 29 - Outras Receitas e Despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Outras Despesas Operacionais				
IOF	(27)	(13)	(33)	(85)
Outras despesas tributárias	(2.605)	(37)	(1.779)	(9.021)
Outras despesas Operacionais (b)	(15.901)	(1.429)	(22.732)	(3.422)
Ociosidade (a)	-	-	(596)	(469)
Total das despesas operacionais	(18.533)	(1.479)	(25.140)	(12.997)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas	2.845	1.889	2.927	1.889
Recuperação Despesas	-	-	79	876
Receitas de aluguel	396	391	688	646
Outras receitas	-	8	104	14
Total das receitas operacionais	3.241	2.288	3.798	3.425
	(15.292)	809	(21.342)	(9.572)

- a) Refere-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.
- b) No valor da rubrica de outras despesas e receitas, está incluso o valor de R\$ 8,7 milhões, referente as despesas incorridas no FIDC – Taranis, contabilizadas em contas de provisão.

Nota 30 – Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Processos Trabalhistas	2.900	2.901	13.109	13.110
Processos Cíveis	30.087	53.283	39.126	62.322
Processos Tributários	1.234	1.234	1.658	1.654
	34.221	57.418	53.893	77.086

- a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos da arbitragem aos valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.

Nota 31 - Cobertura de Seguros (não auditada)

A Empresa mantém seguro das áreas comuns das instalações onde estão cobertos eventuais sinistros, sendo os demais seguros de responsabilidade do Condomínio.

Nota 32 - Benefícios a Empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Salários	430	463	2.779	2.860
Gastos Previdenciários	138	129	652	570
Total	568	592	3.431	3.430

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 33 - Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Remuneração de Conselheiros	115	68	124	201
Remuneração de Diretores	166	182	895	722
Total	281	250	1.019	923

Nota 34 - Informações por Segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Serviços industriais	
	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta total	811	2.325
Impostos/Deduções	(98)	(445)
Custos dos Produtos e Serviços	(2.095)	(3.928)
Total	(1.382)	(2.048)

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados, bem como referentes aos serviços executados a terceiros pelas controladas IESA Projetos e Enisa.

Nota 35 – Tratativas que Irão Gerar Eventos Subsequentes

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes;

b) Alienação da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1;

c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé;

d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.
- f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.
- g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.
- h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos.

Nota 36 - Eventos Subsequentes

-Conforme Fato Relevante de 07 abril de 2025, a Inepar informou que não se opõem a concessão de novo prazo para que a EUROINVEST apresente as informações atualizadas dos procedimentos bancários e financeiros, bem como para que seja estabelecida uma data final objetiva para conclusão da venda da UPI.

-Conforme Fato Relevante de 22 de abril de 2025, a Inepar informou que a sua controlada CBD – Administrações e Participações S.A, vendeu a sua participação no Inhaúma Fundo de Investimento Imobiliário – FII, correspondente a 37,812% do seu patrimônio líquido.

-Conforme aviso aos acionistas de 29 de abril de 2025, a Inepar informou que estava iniciando os procedimentos para subscrição e integralização dos valores mobiliários emitidos, tanto ações como debêntures perpetuas, conforme deliberação realizada na AGE de 20 de maio de 2024. foram aprovadas a 12ª e a 13ª emissões da companhia e debêntures perpetuas.

-Conforme Fato Relevante de 09 de junho de 2025, foi publicado despacho, nos autos do Agravo de Instrumento nº 2265825-04.2022.8.26.0000, em tramite na 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, autorizando a Companhia a tratar da alienação da UPI IPM IOG junto a outros interessados, sendo, todavia, facultada à EUROINVEST concluir o depósito do montante, com preferência, no prazo de 90 dias, e, sem preferência, após o referido prazo.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Vago – Diretor Presidente

Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Irajá Galliano Andrade - Presidente

Rodolfo Andriani

André de Oms

Augusto Araújo de Oms

Carlos Alberto Del Claro Gloger

José Bonifácio Pinto Junior

Hugo Fagundes de Lima Queiroz

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6



Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfases

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 31 de março de 2025, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 31 de março de 2025 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 42.399 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.177.474 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Reconhecimento de recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 122.418 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que, neste exercício a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “21”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20. Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.



Essa operação gerou um ganho que representou R\$ 1.358 bilhões, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício.

Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras deste balanço.

Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de abril de 2025. Conforme mencionado na nota explicativa “16”.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 15 de maio de 2025.

GEORGE

ANGNES:68097760959

Assinado de forma digital por
GEORGE ANGNES:68097760959

Dados: 2025.05.15 16:21:14
-03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PR Nº 006.472/O-1

GEORGE ANGNES

Contador CRC-PR nº 042.667/O-1

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 20 de Agosto de 2025.

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 20 de Agosto de 2025.

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores